



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

**INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE
DESASTRES**

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA **LUÍSA CELMA MEQUE**, PRESIDENTE DO
INSTITUTO NACIONAL DE GESTÃO E REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES,
POR OCASIÃO DO DIÁLOGO DO ALTO COMISSIONÁRIO DE 2022 SOBRE
PROTEÇÃO
DESAFIOS, DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO”

Genebra , 07 DE Dezembro de 2022

- Sua Excelência **Filippo Grandi** Alto Comissario das Nações Unidas para os Refugiados.

Caros participantes;

Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Todo o Protocolo observado

1. Permitam-me que, em nome do Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres, enderece uma saudação especial a todos os presentes e agradecer ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, pelo convite que nos foi endereçado para estar nesta importante reunião para falar sobre a abordagem centrada nas pessoas para preparação e respostas em emergências climáticas.
2. Honra-nos o facto deste diálogo acontecer num momento em que Sua **Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique** foi eleito, pela União Africana, Campeão Africano na gestão de desastres, título conseguido fruto do esforço abnegado pela causa da população com destaque na área de Gestão e Redução do Risco de Desastres.
3. Reconhecemos que o nosso país tem ainda muito por fazer na área de gestão e redução do risco de desastres, bem como na proteção social das famílias mais vulneráveis e gestão dos deslocados internos e refugiados, gerados pelas adversidade a que somos impostos.
4. Os fenómenos de origem natural, entre cheias, ciclones e seca, são os que mais desastres provocam no nosso país. Ainda temos em nossas memórias, os impactos dos ciclones **IDAI e KENNETH** ocorridos em 2019 que provocaram **648 óbitos** e cerca de **2 milhões** de afectados.

5. Recentemente, em 2022, os Ciclones **ANA, DUMAKO GOMBE e JASMINE**, provocaram pelo menos **128 óbitos** e afectaram um pouco mais de **1 milhão** de pessoas.
6. Estas situações geralmente incidem sobre os agregados familiares mais vulneráveis e de baixa renda, entre pessoas portadoras de deficiência, idosos, doentes crónicos, crianças chefes de família.
7. Criam movimentações das famílias que procuram locais mais seguros e/ou com melhores alternativas de sobrevivência. Limitam os meios de subsistência aumentando dessa forma, a situação de penúria.

Excelências,

8. A estrutura de Gestão e Redução do Risco de Desastres de Moçambique permite uma coordenação das acções multisectoriais entre os sectores do Governo, a Equipa Humanitária Nacional, Sociedade Civil e outros intervenientes a todos os níveis.
9. Nos últimos anos, Moçambique aprovou instrumentos legais e de gestão importantes visando adequar a gestão do risco de desastres aos novos desafios do contexto local e global tais sejam, as pandemias, as deslocações, a variabilidade e mudança climática e seus impactos, entre outros.
10. É nesse sentido que nos últimos anos o Governo aprovou importantes instrumentos, nomeadamente:

a) O Plano Director para Redução do Risco de Desastres, aprovado em 2017, que é um instrumento multisectorial e com vigência até 2030. No mesmo ano foi aprovado o Fundo de Gestão de Calamidades

- b) A Lei e o Regulamento da Gestão e Redução do Risco de Desastres, aprovada em 2020;
- c) A Política e Estratégia de Gestão dos Deslocados aprovada em 2021;
- d) A Estratégia de Gestão de Informação e de Sistema de Aviso Prévio para Cheias e Ciclones Este ano, e a Estratégia os Comitês Locais de Gestão de Desastres, ambas aprovadas em 2022.
- e) O Plano de Proteção Financeira Contra Desastres aprovado em 2022.

Excelências

11. O nosso esforço visa criar condições para a acção de redução dos riscos climáticos e construção de uma cultura de prevenção de resiliência e criação de condições para prontidão e resposta em caso de ocorrência de fenómenos extremos.
12. Com a aprovação e implementação das Estratégias de gestão de informação e aviso prévio, bem como a de Comitês Locais de Gestão do Risco de desastres, pretendemos aprimorar as condições de monitoria dos fenómenos adversos e emissão de alertas precoces para implementação de acções antecipadas.
13. Sabemos que isso requer investimentos em equipamentos, tecnologia, treinamento dos recursos humanos bem como cooperação regional e internacional.

14. É também nosso foco, preparar as comunidades para se protegerem e, sobretudo, para assumirem as iniciativas do Governo, sobre a preparação e resposta em caso de emergência, pondo em acção, ao nível local e de forma antecipada as seguintes medidas:
 - a) Difusão de mensagens de prevenção e de alerta;
 - b) Identificação de rotas de evacuação;
 - c) Identificação de abrigos temporários;
 - d) Socorro ao próximo, entre outras.
15. Ao nível local o Governo conta com a colaboração de 1500 Comites Locais de Gestão do Risco de Desastres, que são grupos constituídos por membros voluntários que trabalham em prol da comunidade em acções de Redução do Risco de Desastres sob coordenação do Governo.
16. Estamos conscientes que para além de criar novos comites precisamos garantir o processo de revitalização e equipamento dos Comités de forma a que estes se tornem sustentáveis e funcionais,

Minhas Senhoras e Meus Senhores

17. A Nossa Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos faz parte do cumprimento dos acordos internacionais assumidos, onde se reflete o Convenção de Kampala e outros instrumentos internacionais sobre proteção. Este instrumento define como principais acções as seguintes:
 - a) Alocação de terra para habitação e produção agrária bem como de meios de vida e de geração de renda para deslocados incluindo grupos vulneráveis das comunidades anfitriãs;

- b) Registo biometrico dos deslocados para permitir a eficacia e eficiência na assistência humanitária;
- c) Massificação das campanhas de atribuição de documentos de identificação civil para deslocados internos.
- d) Engajamento de artesãos deslocados e das comunidades hospedeiras na construção de habitação resiliente;
- e) Promoção de treinamentos e cursos vocacionais de curta duração com enfoque para jovens deslocados para sua inclusão nas comunidades hospedeiras.
- f) Ordenamento territorial, construção de Infraestruturas resilientes;
- g) Expansão de serviços básicos de fornecimento de água e saneamento, energia, saúde, educação nas zonas receptoras de famílias deslocadas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Excelências,

- 18. Gostaríamos de aproveitar esta oportunidade para partilhar algumas informações sobre a presente época chuvosa e ciclónica 2022/2023, que iniciou no passado mês de Outubro e prolongar-se-á até o primeiro trimestres de 2023.
- 19. No geral, espera-se que a época seja caracterizada por chuvas intensas sobretudo nas zonas centro e sul do país e com uma actividade ciclónica intensa.
- 20. O Governo de Moçambique aprovou o Plano de Contingência que estima em cerca de **2.2 milhões de pessoas** em risco e um orçamento necessário mais de **200 milhões** de dólares, para cobrir acções de prontidão resposta e

recuperação, incluindo a assistência aos deslocados internos, vítimas dos ataques de homens armados na zona norte do país.

21. Como sempre, vamos contar com a colaboração dos nossos parceiros para suprir os pra identificados défices no Plano de Contingência, porque só assim podemos garantir uma melhor prontidão e resposta aos eventos extremos e dessa forma, reduzir o sofrimento da nossa população.

Minhas Senhoras e Meus Senhores

22. A nossa abordagem de prontidão e resposta as emergências é centrada no objectivo de não deixar ninguém para trás (leave no one behind).
23. Por conta disto temos estado, de forma proactiva, a inovar as nossas intervenções e a envolver cada vez mais as comunidades e os governos locais, para que de forma participativa, possamos encontrar soluções para mitigar e criar resiliência humana e infra-estrutural.
24. É neste contexto que varias acções estruturais e não estruturais têm sido implementadas, como é o caso do mapeamento de risco, com recurso a drones, que nos permite desenvolver modelos histológicos que possam ser usados para activar as acções antecipadas perante ameaças de origem climatológicas .
25. Por outro lado, estamos a trabalhar num sistema de alerta por mensagens, designado Big Data, que vai permitir que o fluxo da informação do risco ou de ameaça de um evento extremo, chegue às comunidades de forma atempada e nas línguas locais, incluindo neste caso, mensagens de voz para que possamos abranger não só aqueles com deficiência visual, mas também aqueles que não saibam ler ou escrever.

26. Termino esta intervenção convidando a todos para que se juntem aos esforços de Moçambique na redução do Risco de desastress bem como na gestão dos deslocados internos e proteção social.

Pela atenção dispensada o meu Muito Obrigado.